







Tribunal de Opinião Pública

Pelo Direito à Alimentação com Soberania Alimentar

Lisboa, 7 de Dezembro de 2007

DECLARAÇÃO

Em todo o mundo, mais de 850 milhões de pessoas passam fome. A África é, em termos relativos, a região que apresenta a situação mais dramática na medida em que uma em cada três pessoas (32% da população) se encontra em estado de desnutrição, a manifestação mais grave de insegurança alimentar. Esta é também a única região do mundo onde esse número tem vindo a aumentar em vez de diminuir.

Desde a Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma em Novembro de 1996 que se estabeleceu o objectivo de reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015. Tal objectivo veio posteriormente a ser incorporado aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) aprovados em 2001 pelos países membros das Nações Unidas. No entanto, apesar de todos os esforços, verifica-se que os resultados alcançados até ao momento estão muito longe das expectativas iniciais, razão pela qual são urgentes outras estratégias conjuntas, eminentemente democráticas e capazes de inverter a situação.

A Alimentação (saudável e acessível) é um elemento central à vida e um direito inalienável de todos os Países e Povos. Por isso mesmo, a alimentação encontra-se consagrada internacionalmente como um Direito Humano fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966).

Apesar disso, milhões de pessoas continuam privadas do acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para levarem uma vida digna e saudável. Isto é, muitos milhões de Seres Humanos vivem em condições de insegurança alimentar.

Para alterar essa situação é necessário, em primeiro lugar, adoptar políticas públicas que respeitem o princípio da Soberania Alimentar, assegurando o direito dos Povos a definir as suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos.

**É por isso que afirmamos que a Soberania Alimentar
é o caminho para a realização do Direito à Alimentação!**

No actual quadro internacional, milhões de pequenos agricultores dos países do Sul têm sido colocados à margem do modelo de agricultura dominante (*agribusiness*). Este modelo tem graves implicações económicas e sociais como sejam:

- A ruína da agricultura de tipo familiar e, em consequência, a ruína do(s) mundo(s) rural(ais); o abandono

forçado das terras pelos pequenos agricultores; a concentração fundiária; as migrações rural-urbano; os impactos ambientais mais negativos; a homogeneização da produção com o domínio da grande agro-indústria; a perda de biodiversidade; a introdução, para comercialização, de patentes sobre seres vivos; a utilização “galopante” de OGMs; a vulnerabilidade das economias nacionais; entre outras graves consequências.

A maior contradição da actualidade é que 80% dos desnutridos do mundo são também produtores de alimentos e habitantes do meio rural. Como têm demonstrado diversos estudos autorizados, a maior parte da fome no mundo não se deve a desastres naturais mas a políticas públicas nacionais e dinâmicas internacionais conjugadas e orientadas por uma (ir)racionalidade baseada nas alegadas vantagens comparativas.

O problema não está tanto na falta de produção e de produtos agro-alimentares mas sim nas formas político-económicas como se determina, à escala global, uso do solo, a produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

A crescente procura de alternativas energéticas nos países do Norte, associada à escassez e aos elevados preços do petróleo, colocou os agrocombustíveis no centro das políticas europeias de energia e agricultura. As políticas da União Europeia nesta área, em particular a meta estabelecida para os agrocombustíveis, vem trazer pressões e riscos adicionais ao mundo rural e os pequenos agricultores, particularmente nos países do Sul. As monoculturas de agrocombustíveis promovem a destruição dos ecossistemas quer directamente, quer por deslocalização das actividades agrícolas para regiões periféricas. A nível social, contribuem para o agravamento do abandono e despovoamento do meio rural. Este tipo de monocultivos para exportação vem agravar ainda mais a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas destes países e retirar o direito dos povos e nações à soberania alimentar.

No quadro europeu, a política levada a cabo pela União Europeia através dos seus Acordos de Parceira Económica (APE) com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) terá um impacto negativo no desenvolvimento africano enfraquecendo ainda mais os pequenos agricultores e impedindo a realização do direito à alimentação. Os comissários europeus Louis Michel e Peter Mandelson têm procurado concluir rapidamente estes acordos sem os discutir adequadamente com os países, mesmo sabendo que irão influenciar a vida de centenas de milhares de pequenos agricultores.

Os processos da política macro-económica – sobretudo aqueles desenvolvidos a partir das sucessivas Reformas da PAC (Política Agrícola Comum), das negociações no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) e dos múltiplos acordos “bi-laterais” entre as potências e os outros países em geral – são o que, aliás sem legitimidade democrática, leva ao empobrecimento dos agricultores nos países do Sul e acaba por gerar a amplitude da cruel realidade da fome. Em muitos casos, são essas as mesmas razões de fundo que levam ao empobrecimento dos pequenos agricultores em países da Europa.

É por isso que reafirmamos que a Soberania Alimentar é o caminho para a realização do Direito à Alimentação!

A Cimeira Europa-África – que agora se realiza sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia – poderia constituir um importante passo para a intensificação do combate à fome e à pobreza, em particular no contexto africano.

Nesse sentido, reclamamos que os Chefes de Estado e de Governo das duas regiões assumam um compromisso político claro em relação à realização do Direito à Alimentação com Soberania Alimentar, em cada contexto nacional.

Denunciamos os impactos negativos das políticas liberais das últimas décadas, assim como o papel nocivo da OMC e das organizações multilaterais associadas ao Banco Mundial como causas maiores para esta grave situação.

Exigimos da União Europeia uma posição firme de apoio ao mandato original das Nações Unidas, em particular da FAO, na luta contra a fome e na promoção da agricultura sustentável e dos pequenos agricultores.

Nesta Cimeira Europa-África reclamamos que os governos das duas regiões:

- ✓ Reafirmem o combate à fome e a promoção da segurança e da soberania alimentares como prioridades políticas na cooperação entre a Europa e a África, em linha com os compromissos assumidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ✓ Assegurem que os Estados que ainda não o fizeram, assumam o compromisso de ratificarem o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) numa óptica de promoção do direito humano à alimentação;

- ✓ Promovam políticas económicas e sociais de efectivo apoio à agricultura de tipo familiar e aos mercados locais/regionais, dando prioridade aos cultivos para alimentação em detrimento dos cultivos energéticos;
- ✓ Assegurem que os Acordos de Parceria Económica (EPAs) não violem o direito humano à alimentação com soberania alimentar dos Povos e Países;
- ✓ Se comprometam a intensificar a cooperação para assegurar que os países africanos vão assinar e implementar as Directrizes Voluntárias da FAO sobre o Direito à Alimentação;

Pelo Direito à Alimentação com Soberania Alimentar!

Os subscritores,

João Vieira (AADL - Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa)

Manuel Ramos (ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português)

João Dinis (CNA - Confederação Nacional da Agricultura)

Gualter Baptista (Plataforma Transgénicos Fora)

Carlos Gomes (Mó de Vida - Cooperativa Comércio Justo)

Ana Gonçalves (MARP - Associação de Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas)

João José Fernandes (OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento)

Ismail Ossemane (UNAC - União Nacional de Camponeses de Moçambique)

Ndiogou Fall (ROPPA - Réseau des organisations paysannes et de producteurs de l'Afrique de l'Ouest)